



EHL - ELETRO HIDRO LTDA

ASR-SE 75 QI 01 Alameda 02 Lote 17-A

Fone/Fax: (63) 3228-7700 / 3228-7701

CNPJ: 03.014.011/0001-19

INSC. EST.: 29.064.319-8

E-mail: ehl@ehl.com.br

**AO PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DE
COMPRAS E LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS - TOCANTINS.**

Ref. CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001/2019

Processo Administrativo nº 2019021750

ELETRO HIDRO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.014.011/0001-19, estabelecida nesta cidade de Palmas, Estado do Tocantins, na Quadra 712 Sul (ASR-SE 75), QI-01, Alameda 02, Lote 17-A, Plano Diretor Sul, CEP 77022-426, por seu representante legal signatário, vem interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da habilitação das empresas CIMCOP S/A – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES e CONSTRUTORA CAIPÓ LTDA, o que faz pelas razões que passa a expor.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, salienta-se que nos termos do inciso I, do Art. 109 da Lei 8.666/93, cabe recurso administrativo no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, que ocorreu através da publicação do AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA INTERNACIONAL Nº 001/2019 no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 5.466 de 18 de outubro de 2019.



Demonstrada, portanto, a tempestividade do presente recurso.

II - SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de licitação na modalidade concorrência, tipo menor preço global por lote, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na execução de obras de terraplanagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária e calçadas de acessibilidade, nas localidades indicadas neste edital, conforme Termo de Referência (anexo), planilhas orçamentárias e projetos, publicados no site www.palmas.to.gov.br.

Ocorre que na fase de habilitação, após a análise da documentação apresentada pelos licitantes, a Comissão Especial de Licitação culminou por julgar habilitada as empresas CIMCOP S/A – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES e CONSTRUTORA CAIPÓ LTDA, em total desconformidade com as normas editalícias e contrariando o PARECER TÉCNICO SEISP Nº 026/2019/SUPOBRAS, o que deve ser revisto pelos seguintes motivos.

III - DA NECESSÁRIA INABILITAÇÃO DAS LICITANTES: CIMCOP S/A – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES e CONSTRUTORA CAIPÓ LTDA.

Pelo princípio do vínculo ao instrumento convocatório, todos os licitantes devem cumprir rigorosamente as regras previstas no edital, de forma que não há discricionariedade da Comissão de Licitação em admitir a sua não observância.

No presente caso, as referidas empresas não atenderam as regras entabuladas no instrumento convocatório ao apresentar documentação irregular e incompleta, vejamos.



O edital em seu item 3.2.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, subitem 3.2.5.1.3 previu claramente a necessidade de cumprir a seguinte exigência:

3.2.5.1.3 Demonstração de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação (capacidade técnico-operacional), mediante a apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) experiência em serviços compatíveis em características e quantidades do objeto licitado, em relação às parcelas de **maior relevância**, conforme discriminação abaixo:

LOTE 01		
SERVIÇOS	UN	QUANTIDADE
(...)		
EXECUÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK 15MPA PARA APLICAÇÃO EM PASSEIO (CALÇADA)	M²	489,00
LOTE 02		
SERVIÇOS	UN	QUANTIDADE
(...)		
EXECUÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK 15MPA PARA APLICAÇÃO EM PASSEIO (CALÇADA)	M²	1.900,00
LOTE 03		
SERVIÇOS	UN	QUANTIDADE
(...)		
EXECUÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK 15MPA PARA APLICAÇÃO EM PASSEIO (CALÇADA)	M²	1.800,00
LOTE 04		
SERVIÇOS	UN	QUANTIDADE
(...)		
EXECUÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK 15MPA PARA APLICAÇÃO EM PASSEIO (CALÇADA)	M²	3.800,00



Ocorre que as referidas empresas não apresentaram a quantidade mínima exigida em nenhum dos lotes para o item EXECUÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK 15MPA **PARA APLICAÇÃO EM PASSEIO (CALÇADA)**.

Após análise minuciosa dos documentos apresentados, verifica-se que referente a quantidade mínima exigida para este item a empresa CIMCOP S/A – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES apresentou atestados de capacidade técnica que comprovam a experiência de apenas 56,00 M³ e a empresa CONSTRUTORA CAIPÓ LTDA apresentou atestados de capacidade técnica que comprovam a experiência de apenas 332,95 M³.

Por óbvio, é de fácil constatação que as quantidades referentes ao item EXECUÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK 15MPA PARA APLICAÇÃO EM PASSEIO (CALÇADA) apresentadas por ambas as empresas **NÃO são suficientes para atender as exigências do edital**, de forma que não atende os objetivos traçados pela Administração Pública.

Ademais, o argumento utilizado pela Comissão Especial de Licitação para habilitar as aludidas empresas não merece prosperar, pois a adoção do critério de “similaridade/complexidade superior” não se amolda ao presente caso, vez que o edital foi claro ao exigir a finalidade do concreto após ser executado, no presente caso **para aplicação em passeio (calçada)**.

Importante ressaltar que o cerne da questão é a especificação da aplicação do concreto, sendo que não se discute a forma de execução do concreto. Explico:



EHL - ELETRO HIDRO LTDA

ASR-SE 75 QI 01 Alameda 02 Lote 17-A

Fone/Fax: (63) 3228-7700 / 3228-7701

CNPJ: 03.014.011/0001-19

INSC. EST.: 29.064.319-8

E-mail: ehl@ehl.com.br

Se o órgão licitante buscasse apenas comprovação de experiência em execução de concreto, não haveria essa exigência especificando que a execução do concreto é para aplicação em passeio (calçada).

Vale ressaltar que várias empresas deixaram de participar de todos os lotes do presente certame em razão da exigência de comprovação de experiência em execução do concreto ser específica para aplicação em calçada.

Podemos citar como exemplo a Certidão de Acervo Técnico nº 653/2002 – CAT apresentada pela empresa CONSTRUTORA CAIPÓ LTDA as fls. 5304/5309 onde podemos observar a execução de concreto para vários fins, entre eles para utilização em fundação e estrutura, conforme trecho da CAT reproduzido abaixo:

04.000 – FUNDAÇÃO E SONDAGEM

Fundação em tubulão a céu aberto:

04.001 - Escavação

04.002 - Concreto fck 13,5 mpa

04.003 - Aço

CREA - 60
Este Atestado, é parte integrante da Certidão nº <u>653/2002. Cat</u>
Expedida em <u>21/06/02</u>
Ass: <u>[Assinatura]</u>
Fls. <u>2/5</u>

1.800,00 m3

1.800,00 m3

22.000,00 Kg

05.000 – ESTRUTURA DE CONCRETO

Estrutura em concreto armado, incluindo arquibancada em dois níveis, para 12.000 lugares:

05.001 - Concreto armado fck 28,0 mpa :

6.500,00 m3

No entanto, deve ser considerado apenas a execução de concreto com a finalidade específica no edital. Vejamos o trecho da mesma CAT em que foi atendida



as especificações do edital e teve sua quantidade considerada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos:

15.000 – REVESTIMENTO DE PISO

15.001 - Revestimento de piso de alta resistência (tipo Korodur), espessura 30 mm, incluindo juntas

6.100,00 m2

15.002 - Revestimento de piso em concreto desempenado, espessura de 8 cm

3.882,00 m2

15.003 - Revestimento de piso em concreto polido, espessura de 8 cm

13.949,00 m2

15.004 - Revestimento de piso de quadra de esportes em manta de polímero de cloreto de vinila – PVC, removível

1.820,00 m2

Portanto, a ausência de atestados de capacidade técnica que comprovem experiência em execução de concreto com utilização específica em passeio (calçada) se trata de inequívoco descumprimento aos termos do edital devendo culminar com a **suas INABILITAÇÕES**, conforme precedentes sobre o tema:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO. REQUISITOS DO EDITAL. INOBSERVÂNCIA. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO. 1. **O edital é a lei interna do procedimento licitatório, não pode ser descumprido pela Administração e deve ser observado por todos os licitantes, para que concorram em igualdade de condições.** 2. In casu, a parte agravante, para a comprovação da capacidade técnica-operacional, apresentou atestados (fls. 216/220) em nome da empresa ** com quantitativos insuficientes, bem como atestados em nome da empresa **, não participante do consórcio recorrente, o qual é constituído apenas pelas empresas ***. 3. **O descumprimento das cláusulas constantes no edital conduz à inabilitação da licitante, pois, do contrário, estar-se-iam afrontando os princípios norteadores da licitação,**



expressos no art. 3º da Lei 8.666 /93. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70077112092, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Barcelos de Souza Junior, Julgado em 29/08/2018).

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. AJUSTE DE PLANILHA. REDUÇÃO DO PREÇO OFERTADO NO ITEM. NULIDADE. CARACTERIZADA. 1. **O edital faz lei entre as partes e vincula a Administração**, mostrando-se inadmissível modificação das condições pré-estabelecidas no curso da licitação. 2. De acordo com o art. 3º da Lei nº 8.666/93, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Da mesma forma, disciplina o pregão revisto na Lei nº 10.520/2002, modalidade de licitação, em relação a qual se aplicam subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93. Não basta, pois, obter-se a proposta mais vantajosa para a administração, devendo-se, na verdade, garantir a efetiva igualdade de condições entre os licitantes e o respeito às demais regras e princípios jurídicos, em especial aqueles que orientam as ações da Administração. 3. A alteração das cotações de itens individuais em pregão eletrônico visando o ajuste do valor total configura conduta inaceitável em pregões cujo o valor global é formado pelos lances individuais de cada item, pois confere vantagem indevida ao licitante que trabalha os lances de todos os itens sem a pressão dos concorrentes (seja por estarem muito acima ou muito abaixo do preço de mercado) e implica em desvantagem para as outras licitantes, frustrando os princípios norteadores das licitações públicas, além de aumentar o risco de ocorrência de jogo de planilha. 4. (...) (TRF4, AC 5049112-45.2017.4.04.7100, Relator(a): LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE, QUARTA TURMA, Julgado em: 19/09/2018, Publicado em: 21/09/2018)

Afinal, se a empresa não concordasse com a exigência editalícia, caberia a ela realizar a impugnação ao edital previamente. Não o fazendo e concordando com as disposições do edital, deve se vincular a ele, conforme item 2.1.1. que aduz:



2.1.1. A participação no presente certame implica na aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste edital e de seus anexos, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e na responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

Outro não é o entendimento da jurisprudência pátria:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. ESTACIONAMENTO ROTATIVO. ÍNDICES UTILIZADOS NA PROPOSTA QUE DIFEREM DO EDITAL. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. Havendo a empresa apresentado taxa de ocupação diversa do edital convocatório, afigura-se correta a decisão administrativa que inabilitou a agravante no certame. Inteligência dos arts. 41 e 44 da Lei nº 8.666 /93. Entendendo possível maiores taxas de ocupação, deveria a parte ter atacado o edital de licitação, e não apresentar proposta em desacordo com a previsão nele contida, e ao qual estava vinculada. Precedentes desta Corte. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70076602291, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marcelo Bandeira Pereira, Julgado em 09/05/2018).

Assim, resta cristalina a razão pela qual deve culminar na imediata inabilitação das empresas CIMCOP S/A – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES e CONSTRUTORA CAIPÓ LTDA.

III.1 DO VÍNCULO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

O princípio do vínculo ao instrumento convocatório materializa o princípio da legalidade no processo licitatório e vem expressamente positivado na Lei 8.666/93, nos seguintes termos:



Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

A observância ao edital efetiva o princípio inscrito dentre os demais princípios que regem a Administração Pública, disposto no caput do artigo 37 da Carta Magna:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer do Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).

O princípio da legalidade é a base de todos os demais princípios, uma vez que instrui, limita e vincula as atividades administrativas, conforme refere Hely Lopes Meirelles:

"A legalidade, como princípio de administração (CF, art.37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da Lei e do Direito. É o que diz o inc. I do parágrafo único do art. 2º da lei 9.784/99. Com isso, fica evidente que, além da atuação conforme à lei, a legalidade significa, igualmente, a observância dos princípios administrativos.

Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa 'poder fazer assim'; para o administrador público significa 'deve fazer assim'."(in Direito Administrativo Brasileiro, Editora Malheiros, 27ª ed., p. 86),



No mesmo sentido, leciona Diógenes Gasparini:

“O Princípio da legalidade significa estar a Administração Pública, em toda sua atividade, presa aos mandamentos da lei, deles não se podendo afastar, sob pena de invalidade do ato e responsabilidade do seu autor. Qualquer ação estatal sem o correspondente calço legal ou que exceda o âmbito demarcado pela lei, é injurídica e expõe à anulação. Seu campo de ação, como se vê, é bem menor que o do particular. De fato, este pode fazer tudo que a lei permite e tudo o que a lei não proíbe; aquela só pode fazer o que a lei autoriza e, ainda assim, quando e como autoriza. Vale dizer, se a lei nada dispuser, não pode a Administração Pública agir, salvo em situação excepcional (grande perturbação da ordem, guerra)” (in GASPARINI, Diógenes, Direito Administrativo, Ed. Saraiva, SP, 1989, p.06)

Portanto, uma vez demonstrado o descumprimento ao princípio da legalidade, tem-se por inequívoca a ilegalidade da decisão da Comissão Especial de Licitação que habilitou as empresas CIMCOP S/A – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES e CONSTRUTORA CAIPÓ LTDA.

IV – PEDIDOS

Isto posto, REQUER, o recebimento do presente recurso, em seu efeito suspensivo, nos termos do art. 109, § 2º, da Lei 8.666/93, a fim de RECONSIDERAR a decisão da Comissão de Licitação que acatou a documentação das licitantes CIMCOP S/A – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES e CONSTRUTORA CAIPÓ LTDA.

Não alterando a decisão, requer o imediato encaminhamento ao SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS (autoridade superior) nos termos do art. 109, §4º da Lei 8.666/93 e item 14.2 do Edital, para ao final, julgar totalmente



EHL - ELETRO HIDRO LTDA

ASR-SE 75 QI 01 Alameda 02 Lote 17-A

Fone/Fax: (63) 3228-7700 / 3228-7701

CNPJ: 03.014.011/0001-19

INSC. EST.: 29.064.319-8

E-mail: ehl@ehl.com.br

procedente o presente recurso, declarando a imperativa inabilitação das licitantes CIMCOP S/A – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES e CONSTRUTORA CAIPÓ LTDA por não atender todas as exigências previstas no edital.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Palmas - Tocantins, 25 de outubro de 2019.


Marília Rodrigues do Carmo
Gestora de Contratos
ELETRO HIDRO LTDA